

**Energia** Parcela extra representa cerca de 20% do salário e proposta é criar a “hora confinamento”

# Trabalhador de Belo Monte negocia fim da “hora itinerário”

André Borges  
De Brasília

A tensão entre os milhares de trabalhadores de Belo Monte e o consórcio responsável pela construção da hidrelétrica chegou a um nível crítico. O novo ponto de conflito entre os 18 mil funcionários que trabalham atualmente nas margens do rio Xingu, no Pará, e o Consórcio Construtor de Belo Monte (CCBM), liderado pela empreiteira Andrade Gutierrez, tem origem nas horas extras que são pagas atualmente aos funcionários, por conta do tempo que eles gastam no deslocamento entre suas casas, em Altamira (PA), até os canteiros de obra da usina. Cada trabalhador gasta entre duas e três horas, diariamente, nesse trajeto. O CCBM paga por esse tempo em trânsito, uma conta chamada de “hora itinerário”. Ocorre que, com a conclusão próxima de milhares de alojamentos dentro dos canteiros da usina, essa hora extra deixa de existir.

O impacto no bolso é significativo. Com a hora itinerário, cada trabalhador consegue engordar seu salário mensal em cerca de 20%. Além disso, pode permanecer em companhia de sua família, em Altamira, maior município da região e o mais afetado pela hidrelétrica. Ao migrar para o alojamento, esse trabalhador perde seu extra de 20% no salário e, ainda, o contato diário com familiares. A polêmica está instalada.

Os trabalhadores, conforme apurou o **Valor**, decidiram exigir uma compensação. Eles cobram do CCBM o que tem sido informalmente chamado de “hora confinamento”. O pleito foi confirmado por Roginel Gobbo, vice-presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Pesada (Sintrapav), que representa os funcionários de Belo Monte. “Queremos sim, uma proposta de compensação. Existe perda pesada de valor para o trabalhador e isso não foi estabelecido antes”, disse. “Nós já pedimos a suspensão imediata da mudança dos trabalhadores para os alojamentos, até que essa

questão esteja totalmente definida. Há um clima de insatisfação muito grande por conta disso. Temos que negociar”, comentou o vice-presidente do Sintrapav.

Se o fim da hora extra mexe com o bolso dos funcionários, seu pagamento também pesa na conta do CCBM. O consórcio não comenta o assunto, mas estimativas apontam que, em média, o custo mensal da “hora itinerário” tem sido de aproximadamente R\$ 3,5 milhões para o consórcio. Essa fatura pode ficar ainda mais salgada, se for levado em conta que as obras da usina deverão reunir, até meados de agosto, aproximadamente 28 mil trabalhadores, conforme planos do consórcio Norte Energia, que é o dono do empreendimento e que contratou o CCBM para executar o empreendimento.

Sindicalistas e empresas já discutiram o assunto na semana passada. As negociações prometem ser duras. O consórcio construtor não reconhece o compromisso de ter que pagar extra por



Mudança para o canteiro de obras vai acabar com a hora extra paga pelo deslocamento diário dos trabalhadores

“hora confinamento” e sustenta que a mudança dos trabalhadores para os canteiros de obra estava prevista desde o início de seus contratos.

Atualmente, cerca de metade dos 18 mil funcionários do CCBM já estão alocados em alojamentos da hidrelétrica. A outra metade está concentrada, basicamente, em Altamira, em casas próprias ou alugadas temporariamente pelo consórcio.

No fim do ano passado, o CCBM fechou um acordo com o Sintrapav. O período de “baixada” do trabalhador — prazo de aproximadamente uma semana que é dado para que o funcionário possa visitar sua família — foi reduzido de seis para três meses. O vale-alimentação aumentou de R\$ 110 para R\$ 200 e os salários foram reajustados entre 7% e 11%, dependendo da função.

Na semana passada, a direto-

ria de relações institucionais da Norte Energia passou por mudanças. O posto foi assumido pela ex-presidente de tecnologia da Caixa Econômica Federal, Clarice Copetti, que entrou no lugar de João Pimentel, que passou a responder pela área de licenciamento socioambiental da usina. Ligada ao PT, Clarice é esposa do secretário-executivo do Ministério das Comunicações, Cezar Alvarez.

# Sindicatos disputam receita anual de até R\$ 6,5 milhões

De Brasília

O pano de fundo que envolve os conflitos de trabalhadores de Belo Monte e, por vezes, o quebra-quebra nos canteiros de obra da usina, passa diretamente por uma intensa disputa sindical que tem marcado a construção da hidrelétrica desde o início, em junho de 2011. Trata-se de uma repetição de problemas já vistos nas obras de Jirau e Santo Antônio, usinas em fase de conclusão no rio Madeira, em Porto Velho (RO). O representante legal dos funcionários da hidrelétrica é o do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Pesada (Sintrapav), vinculado à Força Sindical. O Conlutas, no entanto, acompanha de perto a movimentação na obra e tem funcionários filiados entre os empregados de Belo Monte.

Hoje, cada um dos 18 mil funcionários da usina paga R\$ 30 por mês ao sindicato. Isso signifi-

fica que, por mês, são arrecadados atualmente cerca de R\$ 540 mil. No ano, são R\$ 6,5 milhões em contribuição sindical. É preciso lembrar ainda que, até agosto Belo Monte deve atingir o pico da obra, com a entrada de mais 10 mil empregados.

Atenâgoras Lopes, membro da secretaria executiva nacional do Conlutas, nega que o sindicato esteja por trás de qualquer tumulto gerado em torno da obra. Ele também garante que o Conlutas não está presente em Vitória do Xingu por mero interesse financeiro. “Uma coisa é o direito legal de representação, outra coisa é o direito legítimo. Estamos em Belo Monte porque temos que apoiar a classe trabalhadora. Não estamos atrás de mera representação sindical”, disse ao **Valor**. “Atuamos no limite da lei, mas deixamos clara a nossa posição para o trabalhador. Ele que tome as suas decisões.”

Apesar de minimizar os con-

flitos com o Sintrapav, Lopes acusa o sindicato rival de cobrar, compulsoriamente, o pagamento mensal de R\$ 30 por mês. “Sabemos que, quem se nega a pagar, é ameaçado de demissão. Isso é um absurdo, não somos a favor dessa situação”, comentou.

As acusações e os conflitos sindicais são negados pelo vice-presidente do Sintrapav, Roginel Gobbo. “Não há conflito sindical nenhum, até porque somos nós, oficialmente, que sentamos à mesa para negociar as reivindicações dos trabalhadores. Não posso falar nada sobre Conlutas ou qualquer outro sindicato, porque eles não têm nenhuma participação local”, disse.

Em janeiro, o Conlutas comemorou o alvará de soltura de cinco trabalhadores de Belo Monte. Eles estavam presos, acusados de formação de quadrilha e de envolvimento no incêndio que pôs abaixo o canteiro de obras onde trabalhavam. (AB)

# Kayapós acusam Eletrobras de não respeitar acordos

De Brasília

Se os trabalhadores de Belo Monte estão dispostos a negociar, o mesmo não se pode dizer dos índios que são, de alguma forma, afetados pela construção da usina. Na semana passada, um grupo da etnia kayapó rompeu os compromissos firmados com a estatal Eletrobras, principal acionista da Norte Energia, dona da hidrelétrica. Numa declaração curta, direcionada aos “senhores da Eletrobras”, os índios disseram que não querem “nem mais um Real do dinheiro sujo” oferecido pela empresa e que não aceitam a barragem no Xingu. “Nosso rio não tem preço, os peixes que comemos não têm preço. A alegria dos nossos netos não tem preço. Não vamos parar de lutar em Altamira, em Brasília, no Supremo Tribunal Federal. O Xingu é nossa casa e vocês não são bem-vindos”, declararam os índios, conforme informado pelo Instituto Socioambiental (ISA).

Segundo os índios, em 2010 a Eletrobras se comprometeu a repassar às aldeias kayapó da margem Oeste e Leste do Xingu, respectivamente, R\$ 3 milhões por ano, por três anos. Os recursos seriam igualmente divididos entre as aldeias kayapó de ambas as margens do Xingu. “Mais uma vez, condicionantes definidas não cumpridas”, alegam.

As queixas não se restringem às empresas que controlam Belo Monte. Na semana passada, o Ministério Público Federal (MPF) no Pará enviou um alerta à Fundação Nacional do Índio (Funai) sobre a situação caótica que a instituição enfrenta em Altamira (PA). Segundo o MPF, em vitória feita no pré-dio da Funai, o consórcio constatou “um ambiente caótico, sujo, sem condições dignas para os servidores e para os indígenas”.

Os procuradores afirmam que a Norte Energia assinou um termo de compromisso com a Funai em que estava prevista a construção

de uma nova sede para a fundação em Altamira, contratação de equipe técnica, doação de equipamentos, material de consumo e prestação de serviços de manutenção. O compromisso, considerado pelo MPF como insuficiente mesmo se fosse cumprido, expirou no ano passado, com execução apenas parcial. “A nova sede nunca ficou pronta”, informa o MPF.

A Funai foi procurada pelo **Valor** para se posicionar sobre o assunto. A postura da fundação, vinculada ao Ministério da Justiça, foi a mesma adotada em outros momentos: não fazer qualquer comentário sobre as acusações.

No Congresso, a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Tráfico de Pessoas deve ouvir representantes de empresas ligadas a Belo Monte sobre a ocorrência de casos de prostituição infantil no entorno da usina. A Norte Energia e o CCBM negam que a casa de prostituição estivesse em área de suas responsabilidades. (AB)

# Governo divide com o mercado gastos com termoeletrônicas

Claudia Facchini, Daniel Rittner e Rodrigo Polito  
De São Paulo, Brasília e do Rio

O governo decidiu cobrir o rombo provocado pelo acionamento das termoeletrônicas desde janeiro e ainda encontrou uma forma de driblar o problema daqui para frente. As medidas mostram que os formuladores da política energética já se preparam para manter as térmicas ligadas por um bom tempo, provavelmente ao longo de todo o ano.

O custo com a geração térmica precisaria ser repassado às tarifas das distribuidoras. Mas, se isso fos-

se feito, grande parte do corte de 15,17% promovido na conta de luz dos brasileiros a partir de fevereiro, em decorrência da renovação das concessões do setor elétrico, iria por água abaixo. A saída foi dividir as despesas com o mercado.

As medidas causaram dúvidas. “O decreto saiu, mas tem uma série de pontos pendentes de regulamentação”, disse o presidente da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee), Nelson Leite, ao **Valor PRO**, serviço de notícias em tempo real do **Valor**. As mudanças desagradaram particularmente os geradores, para os quais o governo transferiu

uma parte do custo.

Até agora, o Encargo de Serviço de Sistema (ESS), conta que inclui o despacho das térmicas mais caras, era totalmente bancado pelos distribuidoras e, depois, cobrado na conta de luz. “A partir do dia primeiro de abril, os compradores de energia no mercado spot pagarão por 50% desses custos, por meio de um ajuste no cálculo do preço da energia no mercado à vista [o Preço de Liquidação das Diferenças — PLD]”, afirma o analista do Bradesco Vladimir Pinto.

Os outros 50% continuarão sendo debitados no ESS. No entanto, o encargo não mais será pago ape-

nas pelas distribuidoras e, consequentemente, pelos consumidores. A conta começará a ser rateada, em abril, entre todos os agentes do mercado, o que inclui, além das distribuidoras, as geradoras e as comercializadoras. Para cobrir as despesas com as térmicas até março, serão utilizados recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), que serão transferidos às distribuidoras.

Embora já esperassem uma mudança no PLD, analistas e executivos não previam que isso seria feito dentro de um prazo tão curto. O PLD é fixado semanalmente pela Câmara de Comercialização de

Energia (CCEE) e reflete custo da energia com base na disponibilidade de água nas hidrelétricas.

O novo PLD passa a valer a partir do dia 31 de julho e vai “internacionalizar mecanismos que antecipam o despacho de termoeletrônicas para impedir que os reservatórios das hidrelétricas caiam para níveis muito baixos”, explicou a CCEE.

Os novos valores do PLD tendem a ser mais altos. Isso fará com que a energia no mercado spot fique mais cara para as empresas que compram uma parte do que consomem no mercado de curto prazo. Quem estiver com posições descobertas pagará mais para li-

quidar suas operações na CCEE.

A mudança no PLD foi bem recebida pelos analistas de investimento do Bradesco e do Itaú, que consideram que o novo preço da energia será mais realista.

As geradoras, porém, fizeram duras críticas. “Entendemos que houve uma intervenção do governo no mercado”, disse o presidente da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia (Apine), Luiz Fernando Vianna. Segundo ele, os geradores sempre foram a favor de uma mudança do PLD, mas o critério não pode ser alterado no meio do jogo. “Isso causa insegurança jurídica”.

**CAIXA** Ministério da Fazenda **BRASIL** PAÍS RICO E PAÍS SEM POBREZA

**AVISO DE LICITAÇÃO**  
Pregão Eletrônico n.º 018/7071-2013

Objeto: Contratação de empresa para a prestação de serviços de manutenção predial, preventiva e corretiva, com reposição e substituição de peças, bem como execução de PSAA e SCE, em unidades da CAIXA de Rondônia e Mato Grosso. Data e horário do credenciamento: até as 09h30 do dia 25/03/2013. Data e horário do recebimento das propostas: até as 10h00 do dia 25/03/2013. Data e horário do recebimento dos lances: das 10h00 às 10h30 do dia 26/03/2013. Disponibilização do edital e informações no endereço [www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br), no link **Sobre a CAIXA**, selecionar **Compras CAIXA**, selecionar **Pregão Eletrônico**. Contato: e-mail [gillogbo18@caixa.gov.br](mailto:gillogbo18@caixa.gov.br), fax (62) 3612.1641, tel. 0800.726.0104. Goiânia, 11 de março de 2013.

**CAIXA** Ministério da Fazenda **BRASIL** PAÍS RICO E PAÍS SEM POBREZA

**AVISO DE LICITAÇÃO**  
Pregão Eletrônico n.º 009/7073-2013

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva integral de sistemas de climatização de ambientes, condicionadores individuais e ventilação mecânica, em unidades da CAIXA vinculadas à SR RECIFE. Credenciamento: até as 23:59 do dia 22/03/2013. Recebimento das propostas: até as 09:00 do dia 25/03/2013. Recebimento dos lances: das 09:00 às 09:30 do dia 26/03/2013, todos no horário de Brasília/DF. Edital e informações no endereço [www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br), na coluna Sobre a CAIXA escolher Compras CAIXA/Compras da CAIXA/Pregão Eletrônico/Edital/Abrengência Recife (OK). Mais informações: Av. Lins Petit, n.º 100 - 6º Andar - Recife/PE - Tel. (81) 3236-9819 e fax (81) 3236-9829, das 10:00 às 16:00.

**CAIXA** Ministério da Fazenda **BRASIL** PAÍS RICO E PAÍS SEM POBREZA

**AVISO DE RETIFICAÇÃO**  
Pregão Eletrônico n.º 002/7050-2013

No aviso de licitação, PGE Nº 002/7050-2013, publicado no D.O.U de 29/01/2013, Seção 3, pag. 65, houve alteração no Edital nas seguintes informações: 1) Data e horário de credenciamento: Até as 10h00 do dia 22/03/2013; 2) Data e horário de encaminhamento da proposta: até as 10h30 do dia 22/03/2013; 3) Data da abertura da sessão pública: as 10h30 do dia 22/03/2013; 4) data e horário da sessão de lances: das 15h00 às 15h30 do dia 22/03/2013; 5) data e horário para oferecimento de impugnação: até as 18h00 do dia 19/03/2013; 6) data e horário para pedido de eventual esclarecimento: até as 18h00 do dia 18/03/2013 ( todos os horários de acordo com a hora oficial de Brasília). Houve alteração no ANEXO VI ( Proposta Comercial). Disponibilização do edital e informações no endereço [www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br) no menu “Sobre a CAIXA” na opção **Pregão Eletrônico**. Contato: e-mail [gillogbo18@caixa.gov.br](mailto:gillogbo18@caixa.gov.br), fax (91) 3211-2279, tel. 0800.726.0104.